

ANÁLISE DA REFORMA UNIVERSITÁRIA NO SURGIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Lílian Faustino da Rosa

Resumo: Este artigo teve como objetivo trazer para conhecimento, a história do surgimento do Ensino Superior no Brasil, fato que possibilitou o acesso ao conhecimento e surgimento dos especialistas em assuntos específicos e profissionais altamente capacitados em diversas áreas, modernizando uma parte significativa das universidades estaduais e federais. Assim, este estudo baseou-se na abordagem qualitativa da pesquisa, empregando uma abordagem metodológica de estudo em artigos científicos e bibliografias relacionadas ao tema. Concluímos que tema da reforma universitária na América Latina já atravessa quase um século desde a reforma da argentina no início do século XX, tornando-se referência das universidades. No Brasil a reforma universitária atravessou vários percalços na luta pela reforma do ensino e pela autonomia universitária. E no século XXI apresenta-se no contexto democrático por meio de debates e participação. Contudo muito ainda precisa ser feito para que a reforma da universidade seja expressão de uma “sociedade democrática e pluricultural”. Na atualidade a nova gestão e política governamental, sob da legenda partidário – PMDB a educação universitária depara-se com uma grave crise no que toca a continuidade e manutenção e ampliação das reformas universitárias inicializadas na gestão do PT. O sucateamento das universidades públicas, a redução de vagas das licenciaturas e curso de graduação, falta de verbas e de recrudescimento de fomento e desenvolvimento da pesquisa e redução de cotas orçamentárias, para custear as universidades no país, provenientes do orçamento da união. Tudo isso tem provocado precarização no campo da formação universitária em todos os níveis, gerando insatisfação, paralisação e greves nas universidades públicas por falta de pagamentos dos professores a exemplo da UERJ e outras mais, que tem colocado em risco permanente o próprio desenvolvimento da nação. Se concebe que a educação é um componente fundamental para a formação e conseqüentemente para o crescimento econômico de uma nação.

Palavras Chaves: Reforma Universitária. Ensino Superior

Abstract: The purpose of this article was to bring to the knowledge the history of the emergence of Higher Education in Brazil, which enabled access to the knowledge and emergence of specialists in specific subjects and highly qualified professionals in several areas, modernizing a significant part of state and federal universities. Thus, this study was based on the qualitative approach of the research, using a methodological approach of study in scientific articles and related bibliographies. We conclude that the theme of university reform in Latin America has been going through almost a century since the reform of Argentina in the early twentieth century, becoming a reference for universities. In Brazil the university reform went through several obstacles in the struggle for university reform and university autonomy. And in the 21st century it presents itself in the democratic context through debates and participation. However, much still needs to be done to make university reform an expression of a "democratic and multicultural society." At present the new management and government policy, under the party caption - PMDB the university education faces a serious crisis in what concerns the continuity and maintenance and expansion of the university reforms initiated in the management of the PT. The

scrapping of public universities, the reduction of vacancies in undergraduate and undergraduate courses, the lack of funds and the increase in the promotion and development of research and the reduction of budget quotas to finance the universities in the country, coming from the union budget. All this has provoked precariousness in the field of university education at all levels, generating dissatisfaction, paralysis and strikes in public universities due to the lack of payments from teachers such as the UERJ and others, which has permanently jeopardized the very development of the nation. If one conceives that education is a fundamental component for the formation and consequently for the economic growth of a nation.

Desenvolvimento:

1 Balanço das reformas e contra-reformas na América Latina no final do século XX

Após balanços feitos sobre a reforma educativa na América Latina percebeu-se que a geração de reformas no final do século XX, foi marcada por mudanças nos modelos de financiamento, melhoramento na implantação de sistema de avaliação e estreitamento no setor de produção (TRINDADE, 2005, p. 52). Essas mudanças no cenário das reformas na América Latina ocorreram na década de 90 com exceção do Chile que teve início na década de 80.

Segundo Santos (2015, p. 3)

A Terceira Reforma da Educação Superior na América Latina consolida-se no limiar do século XXI, sob forte orientação da ótica capitalista, portanto, utilizo a metáfora “soy loco por ti América”ⁱ para simbolizar o tipo de afeto destinado à América Latina por parte dos países que impulsionam o neoliberalismo educacional sob a bandeira da Modernidade Tardia.

Para Trindade (2005) no Brasil continua o desafio da estruturação da educação brasileira.

Não basta, reconhecer este lugar comum de que estamos submetidos a um processo de modernização diante do qual temos que abandonar qualquer projeto de Nação soberana e que a sociedade do conhecimento ou da informação seria a única referência válida para o futuro da educação superior. (TRINDADE, 2005, p. 52)

Estudos atuais de Carnoy sobre a “Mundialização e reformas da educação: o que os planejadores devem saber” (1986); e “Está a educação latino-americana preparando a força de trabalho para as economias do século XXI?” (2004), propõe reflexão no campo da reforma universitária na América Latina. Abordando as consequências mundiais sobre o sistema educativos de formas diretas e indiretas.

Ainda que um dos textos para o autor seja mais rico teoricamente, do ponto de vista conceitual o texto a “Mundialização e reformas da educação: o que os planejadores devem saber” (1986) Carnoy acredita que seja mais pertinente dentro da proposta da reforma universitária.

De acordo com Trindade (2005) o assunto sobre as “conseqüências diretas e indiretas da mundialização sobre os sistemas educativos” carece de análise, em virtude da demanda do mercado do emprego tecnológico que demanda de altos valores agregados.

E segundo Santos (2015, p.4)

A Universidade assume papel de relevância e complexidade diante do desenvolvimento das sociedades modernas, mas também de extrema frustração diante das necessidades que penetram seus muros, conclamando-a para novos tempos. Os novos tempos clamam por um “Conhecimento Universitário” que concilie uma formação de pesquisa e construções epistemológicas com atividades essenciais à formação de profissionais para o comércio, a indústria, dentre outras funções.

A descentralização educacional pode ser uma manifestação da mundialização que modificou o poder público. E, nesse período aumentam os créditos para o ensino superior em função das novas orientações voltadas ao saber. O que leva Santo (2015, p. 4) a afirmar que:

O projeto global da modernidade para a Universidade Latino-americana é o incentivo ao desinvestimento nesse setor por parte de seu grande mantenedor – o Estado, e a inserção da instituição na globalização do mercado universitário, gerando transformações nos seus fins sociais, tornando a Educação Superior um bem comerciável.

O texto produzido por Carnoy traz a informação de que os capitais financeiros internacionais têm interesse econômico a favorecer ao setor privado, pressionando o governo a frear o crescimento das despesas públicas.

2 A revolução de 30 e seus impactos sobre a educação superior

A educação superior na História da República no Brasil teve duas leis de longa duração que foram promulgadas: a de 1931, por Francisco Campos no Governo de Vargas, a segunda, em 1969, por Tarso Dutra, Ministro da educação, durante a ditadura militar (1964), Trindade (2005).

A implantação das universidades no início da República ocorreu tardiamente na América Latina. De acordo com Trindade (2005, p. 54) “além de tardia implantação das universidades, com uma distância de mais de quatro séculos entre a colônia portuguesa e a hispânica (1953 em Santo Domingos

e em 1934 em São Paulo),...”. Nesse momento da História da educação superior na História da República houve rompimento com o ensino superior “oficial”. Em 1915 a Lei Orgânica instituiu que as escolas superiores instituídas pelos estados deixassem de sofrer as fiscalizações por parte do governo federal.

E é na era Vargas que ocorreram debates educacionais em vários estados. O que levou a ocorrer às reformas do ensino conduzidas por **profissionais da educação**, influenciados culturalmente pelos movimentos norte-americanos no Brasil.

Em 1927 foi realizado no Rio de Janeiro um congresso de Ensino Superior em alusão ao centenário dos cursos Jurídicos no Brasil no qual foi recomendado que todo ensino no Brasil fosse organizado de maneira universitária. Trindade (2005).

Com a revolução de 30 o governo coloca em pauta duas políticas educacionais em confronto - a liberal-elitista e a nacional-autoritária. A primeira não culminou em um programa definido e muito menos teve desdobramento homogêneo; a segunda política educacional se consolidou, durante o governo Arthur Bernardes (1920), contudo o conflito entre as duas correntes se desenvolveram entre 1930 e 1935. Trindade (2005).

Em abril de 1931, Vargas assinou o Decreto nº 19.851, intitulado o “Estatuto das Universidades Brasileiras” recomendando que o ensino superior “obedecerá, de preferência, ao sistema universitário”, podendo ainda ser ministrado por “institutos isolados”: o primeiro será regido pelo referido Estatuto e as segundas pelos respectivos regimentos”. (p. 56).

Vejamos o que define o título I do Decreto nº 19.85, de 11 de abril de 1931, os “Fins do Ensino Universitário”.

Elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; enfim concorrer pela educação do indivíduo e da coletividade (...) para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade (Art.1) (TRINDADE, 2005, p. 56).

O Decreto em seu formato geral estabelecia como pré-requisito congregar pelo menos três das seguintes unidades para sua constituição: “Direito, Medicina, Engenharia e Educação, Ciências e Letras, sem referências a Filosofia”. O Decreto foi estruturado quanto as regras da institucionalização e padronização do sistema educacional superior no intuito de elevar a cultura geral, estimular a investigação científica, que requer preparo técnico e domínio do conhecimento científico.

Em 1930 havia no Brasil somente duas universidades: a do Rio de Janeiro (1920) e de Minas Gerais (1927). Em 1964 já havia sido implantada seis instituições universitárias: a Universidade Técnica

do Rio Grande do Sul (1932) – posteriormente, Universidade de Porto Alegre (1934); a Universidade de São Paulo (1934); a Universidade do Distrito Federal (1935) e as “faculdades católicas” (1940), embrionárias da PUC- RJ (1946). Trindade (2005).

3. A reforma universitária no Brasil da ditadura militar

No Brasil a Reforma Universitária de Córdoba (1918), segundo Trindade (2005, p. 58) chegou tardiamente através da União Nacional dos estudantes - UNE, no início dos anos 1960, defendia a reforma universitária, como democratização do acesso, a extinção da cátedra vitalícia, autonomia universitária, compromisso social e co-governo nos órgãos colegiados. Sobre A Reforma de Córdoba, Neto (2002) esclarece que foi um movimento estudantil (Manifesto de 21 de junho de 1918), na Argentina, e:

A Reforma de Córdoba é considerada um marco na história das universidades latino-americanas por ser pioneira na construção de um modelo institucional que atribuiu uma identidade e um modelo de atuação renovado no ensino superior. (NETO 2002, P. 1).

Vejamos o que diz Cunha (1986) sobre o a educação superior no Brasil, ele classifica a educação superior em três momentos. O primeiro momento, Cunha (1986) classifica de “A Universidade Temporária – da Colônia à Era Vargas”.

O primeiro período é o da colônia, iniciando-se em 1572, data da criação dos cursos de artes e teologia no colégio dos jesuítas da Bahia, provavelmente o primeiro curso superior no Brasil, estendendo-se até 1808, quando da transferência da sede do reino português para o Rio de Janeiro. O segundo período, o do Império, inicia-se, de fato, quando o Brasil ainda era colônia, em 1808, com a criação de um novo ensino superior, estendendo-se até 1889, com a queda da monarquia. O terceiro período, o da república oligárquica, tem início com o governo provisório de Deodoro e termina com a instalação do governo provisório de Vargas, em 1930. O quarto período, a era de Vargas, começa com a revolução de 1930 e finda com a deposição do ditador, em 1945. (Cunha, 1986, p. 16)

O segundo momento denomina de “Universidade Crítica” que é o momento do ensino superior na república Populista de Vargas. O ensino superior nesse momento é de expansão.

...à medida que o ensino superior se expandia mais numeroso o contingente de diplomados a buscar emprego ‘compatível’ com os padrões socialmente definidos de poder, de remuneração, de prestígio. (...) O aumento do número de diplomados, numa situação em que o mercado de trabalho não tinha dinamismo

correspondente, conduzia à elevação dos requisitos educacionais, à desvalorização econômica e simbólica do diploma, ao subemprego, ao desemprego. (Cunha, 1989, p. 257/258)

Este momento será obstruído pelo golpe militar de (1964), professores passam a serem cassados, estudantes presos. Contudo surgiu também nesse contexto as mobilizações estudantis.

O terceiro período ou momento do ensino da república, Cunha (1988) vai denominar de “Universidade Reformada”. Pois, ela ocorre depois do Golpe militar (1964), levando o país a enfrentar uma modernização. A Universidade tem que se adequar ao modelo norte-americano de organização sobre todo o sistema escolar.

Com a modernização do ensino superior pretendia-se colocar a universidade a serviço da produção prioritária de uma nova força de trabalho requisitada pelo capital monopolista organizada nas formas estatal e privada ‘multinacional’. (...) Essa modernização visava, ademais, criar condições racionais (melhor diria tayloristas) para o atendimento da crescente demanda de ensino superior pelos jovens das camadas médias, a qual se expandia acionada pelo processo de monopolização, induzido por sua vez pela política econômica. (Cunha, 1988, p. 317)

É de interesse de o governo militar a modernização das universidades, o governo inclui este tema no Programa de Ação Econômica do Governo (1964 – 1966), e compete ao Ministério da Educação e Cultura- MEC, implantar um modelo institucional modernizador, Trindade (2005). Contudo, tais medidas do governo passam a ser alvo de oposição por parte dos conservadores e do movimento estudantil que não aceitavam uma reforma nos molde norte-americano.

Em 1968 o movimento estudantil que se opunha ao governo militar, ressurgiu, levando o governo a ingressar inteiramente no processo de modernização da reforma, as propostas do governo eram realizar:

Seminário de Educação e Segurança Nacional, reunindo a Escola de Comando e Estado maior do Exército (ECME) e a Universidade do estado da Guanabara em torno de alguns temas, tais como: intercâmbio entre ensino superior e secundário civil e militar e educação para a cidadania, donde surge a proposta do ensino Moral e Cívica e o Projeto Rondon. Segundo, a instalação da comissão do General Meira Matos, em 1967, provocou uma quase intervenção no MEC para encontrar respostas às reivindicações estudantis. (TRINDADE, 2005, p. 59-60)

A comissão criticou a lentidão do processo da reforma universitária, salientando a improdutividade do “professor ocioso e o espaço ocioso” e propõe que o mesmo seja contratado pelas leis trabalhista. Este processo resultou de “anteprojeto de lei sobre a organização e financiamento do ensino superior” elaborado por um “Grupo de Trabalho”. A função do GT era:

Estudar a Reforma da Universidade brasileira visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país (art. 1º), com prazo de trinta dias para encaminhar sua proposta (TRINDADE, 2005, p. 60)

Entre o anteprojeto do GT e a Lei 5.040, que “fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências”. (PLANALTO, 1968), houve uma série de votos que modificou sua forma original. Sobre o tema da autonomia não houve alteração no texto: “as universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, financeira e administrativa, que será exercida na forma da lei e de seus estatutos”. (art. 3). Trindade (2005).

4 A reforma da educação no dias atuais.

Para melhor entendimento da trajetória da História da Educação no Brasil, apresentamos nesta sessão um breve relato do caminho percorrido pelo ensino até os dias de hoje. A educação no Brasil teve início em 1549 com a vinda dos padres jesuítas, que durante 200 anos monopolizaram o ensino em solo brasileiro, propagando a fé cristã, catequizando os índios e colonos; também foram os jesuítas que fundaram as escolas de ler e escrever. A prioridade educacional dos padres foi a escola secundária.

Os jesuítas foram deportados em 1759, por não atender os interesses comerciais do governo vigente. E no ano de (1760-1808) no período Pombalino foram criadas as aulas Régias, Latim, Grego e Retórica, (aulas autônomas e isoladas).

Em 1808 com a chegada da família real no Brasil instala-se o período joanino (1808-1821), o ensino passa por nova ruptura. Agora o ensino tem que atender a realeza e sua comitiva, assim são construídas as Academias Militares, Escola de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o jardim Botânico e a Imprensa Régia. Contudo, a educação no sentido mais amplo permanece em segundo plano.

Com o retorno de D. João a Portugal (1821), D. Pedro I proclama a Independência (1822), e outorga a primeira Constituição brasileira. Agora é o período imperial (1822-1889). Nesse momento o império está desprovido de professores o que leva a ser criado o Método Lancaster (método do ensino

mútuo), as aulas eram ministradas por um aluno (a um grupo de 10 alunos) sob os cuidados de um inspetor de ensino.

Em 1890 Benjamin Constante promove a Reforma da Instrução Pública, é o período da República Velha (1889-1929), adotando os princípios de liberdade e laicidade do ensino e acima de tudo está reforma garante a gratuidade da escola primária.

O país atravessa um novo momento em sua história do ensino, agora se vivencia o Estado Novo (1937-1945), neste contexto é outorgada uma nova Constituição (1937), enfatizando o ensino vocacional e profissional, ainda que proponha que a o ensino de arte, ciência sejam ministrados em associações públicas e privadas, mas retira do Estado o dever da educação. Em 1942 o ensino passa por reformulação, é a reforma chamada de Capanema. É criado no país o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.

De 1946- 1963, com a República Nova, e uma nova Constituição, agora de linha liberal e democrática o ensino primário passa a ser de competência da União que legisla sobre as diretrizes e bases da educação nacional, focalizando que a educação é direito de todos os cidadãos, devendo oferecer Ensino Primário e o Ensino Normal. É criado também o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC.

A Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, foi promulgada, depois de longas discussões. (primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Instala-se no país o Regime Militar que vai de 1964- 1985, inviabilizando todas as iniciativas de revolução da Educação brasileira, alegando que as propostas anteriores para reformar a educação eram subversivas e comunistas. O modelo proposto pelo governo militar para a educação tinha caráter antidemocrático. A Lei 5.692, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é instituída em 1971, promovendo a formação de cunho profissionalizante.

É promulgada no ano de 1988 uma nova Constituição promovendo a redemocratização do País, destacando a universalização do ensino fundamental almejando a erradicação do analfabetismo. Contexto atual denominado de Nova República.

A educação Superior nos dias atuais ganhou força no segundo ano do governo petista de Lula (2003). A reforma universitária volta às pautas do governo como prioridade.

Segundo Trindade (2005) O principal avanço da reforma universitária no governo petista foi:

A iniciativa da Secretária da Educação Superior do Ministério da Educação/SESu, em meados de 2003, de criar uma *Comissão especial de Avaliação* que elaborou a proposta de um novo Sistema Nacional de Avaliação Institucional (SINAES), aprovado pelo Congresso através da Lei 10.861 de 14 de abril de 2004 e, atualmente, em fase de implantação sob a responsabilidade de uma recém-criada Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. (TRINDADE, 2005, p. 63).

A metodologia adotada pelo O Ministro Tarso Genro institui um Grupo Executivo da Reforma com a finalidade de ampliar debates com as entidades representativas e segmentos da comunidade acadêmica e demais setores. A metodologia a princípio é complexa, mas atende aos objetivos propostos que é a discussão.

Em um segundo momento a metodologia do Grupo Executivo da Reforma Universitária não assegura o sucesso da reforma da educação superior. A priorização do tema da reforma é um ato de ousadia política diante da complexidade de sua elaboração. Trindade (2005).

Para Trindade (2005) os desafios da reforma universitária em solo brasileiro são abrangentes e complexos. Há muito que ser respondido a esse respeito, como:

- a) qual o papel do Estado, no contexto da economia mundializada, para enfrentar a reforma de um sistema de público/ privado tão desequilibrado?
- b) qual o nível de massificação aceitável para o sistema público de educação superior para que ele possa cumprir suas funções inovadoras na pesquisa fundamental e aplicada para as novas economias?
- c) qual a função estratégica da universidade na construção de um projeto de Nação soberana e inserida na competição internacional na geração de conhecimentos científicos e tecnológicos?

A ampliação da reforma Universitária necessita do engajamento da sociedade e do poder público para que os cidadãos tenham acesso a formação.

Conclusão:

Vimos que tema da reforma universitária na América Latina já atravessa quase um século desde a reforma da argentina no início do século XX, tornando-se referência das universidades.

No Brasil a reforma universitária atravessou vários percalços na luta pela reforma do ensino e pela autonomia universitária. E no século XXI apresenta-se no contexto democrático por meio de debates e participação.

Contudo muito ainda precisa ser feito para que a reforma da universidade seja expressão de uma “sociedade democrática e pluricultural”. Na atualidade a nova gestão e política governamental, sob da legenda partidário – PMDB a educação universitária depara-se com uma grave crise no que toca a continuidade e manutenção e ampliação das reformas universitárias inicializadas na gestão do PT.

O sucateamento das universidades públicas, a redução de vagas das licenciaturas e curso de graduação, falta de verbas e de recrudescimento de fomento e desenvolvimento da pesquisa e redução de cotas orçamentárias, para custear as universidades no país, provenientes do orçamento da união.

Tudo isso tem provocado precarização no campo da formação universitária em todos os níveis, gerando insatisfação, paralisação e greves nas universidades públicas por falta de pagamentos dos professores a exemplo da UERJ e outras mais, que tem colocado em risco permanente o próprio desenvolvimento da nação. Se se concebe que a educação é um componente fundamental para a formação e conseqüentemente para o crescimento econômico de uma nação.

Referência Bibliográfica:

ALGEBAILLE, Maria Emilia Bertino. Observações sobre a expansão da educação superior no Brasil. Anais Eventos. Revista Educere et educere. 2004. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2004/anaisEvento/Documentos/CI/TC-CI0071.pdf>> Acesso em: 12 ago. 2017.

BRASIL. **Presidência da República. LEI 5.540/1968** (LEI ORDINÁRIA- Reforma Universitária) 28/11/1968 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm> Acesso: 13 ago. 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**. Da colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986. 2ª edição.

_____. **A universidade crítica**. O ensino superior na república populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. 2ª edição.

_____. **A universidade reformada**. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. Jornal Extra Classe. Entrevista com Carlos Rodrigues Brandão. Em busca da escola cidadã. Outubro de 2002. <<http://www.sinprors.org.br/extra/out02/educacao.asp>> Acesso em de mar de 2003

NETO, José Alves de Freitas. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. Disponível em: <http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed03_junho2011/pdf/10.pdf> Acesso em 12 ago. 2017.

PERISSINOTTO, Renato. O conceito de estado desenvolvimentista e sua utilidade para os casos brasileiro e argentino. Rev. Sociol. Polit. Vol. 22. N 52. Curitiba Oct/Dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782014000400005> Acesso: 12 ago. 2017.

SANTOS, Margareth Guerra dos. **Da capitalização da universidade latina a processos de asseguramento da qualidade “soy loco por ti América”**. Simpósio Avaliação da Educação Superior. Porto Alegre. 2015. <<http://www.ufrgs.br/avalies/anais-do-evento/artigos-1/145722>> Acesso 12 ago. 2017.

TRINDADE, Hélgio. **Brasil: os desafios das reformas e avaliação da educação superior**. Revista de sociologia. Faculdade de Ciências Sociais – Universidade de Chile N 19. P. 51-70. 2005. Disponível em: <<http://www.facso.uchile.cl/publicaciones/sociologia/articulos/19/1903-Trindade.pdf>> Acesso em: 12 ago. 2017.